

BULLYING NO COTIDIANO ESCOLAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A IDENTIFICAÇÃO, PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

**BULLYING IN EVERYDAY SCHOOL LIFE: CHALLENGES IN TEACHER
EDUCATION FOR IDENTIFICATION, PREVENTION, AND INTERVENTION**

Ciências Humanas • 15/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786838040](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786838040)

Helena Teresinha Reinehr Stoffel¹

Vivian Cristina Borges Hashitani²

Adriana Ricardo Cordeiro³

Ana Carolina Cunha Araújo⁴

Angela Zamparetti Oliveira⁵

Francisca da Silva Vieira⁶

Juliana de Jesus Fernandes⁷

Lidiane Tontini de Melo Saiki⁸

Maria Lúcia Brun⁹

Mariana Luiza Sestari Bertholdi¹⁰

Natalina Alves Batista¹¹

Raimundo Renato da Silva Neto¹²

Silvia Schuta Gomes¹³

Walcineide Viana Barbosa¹⁴

RESUMO

O bullying é uma forma recorrente de violência escolar, marcada pela repetição, pela intenção de causar sofrimento e pela desigualdade de poder entre os envolvidos. Este estudo buscou responder quais desafios os professores enfrentam para identificar, prevenir e intervir nessas situações e como a formação docente pode contribuir para uma atuação mais segura. O objetivo foi analisar, com base na produção científica e nas percepções de professores, os principais desafios relacionados ao enfrentamento do bullying, destacando a importância da formação e do apoio institucional. A pesquisa, de abordagem qualitativa, combinou revisão bibliográfica de dez artigos publicados entre 2018 e 2026 com uma pesquisa de campo realizada por meio de questionário eletrônico respondido por 25 professores. Os resultados mostraram que 52% apresentavam dificuldades para diferenciar bullying de conflitos ocasionais, enquanto 64% apontaram o cyberbullying como a manifestação mais difícil de reconhecer. Também foram citados o silêncio dos estudantes, a resistência das famílias, a falta de orientações e a sobrecarga de trabalho. Conclui-se que o enfrentamento do bullying exige formação continuada, apoio da gestão e atuação conjunta entre escola, estudantes e famílias.

Palavras-chave: Bullying; Formação docente; Convivência escolar; Mediação de conflitos; Prevenção.

ABSTRACT

Bullying is a recurring form of school violence characterized by repetition, the intention to cause harm, and an imbalance of power among those involved. This study sought to identify the challenges teachers face in recognizing, preventing, and intervening in these situations, as well as how teacher education can contribute to safer practices. The objective was to analyze, based on scientific literature

and teachers' perceptions, the main challenges related to addressing bullying, emphasizing the importance of professional development and institutional support. Using a qualitative approach, the study combined a literature review of ten articles published between 2018 and 2026 with field research conducted through an online questionnaire answered by 25 teachers. The results showed that 52% of the participants had difficulty distinguishing bullying from occasional conflicts, while 64% identified cyberbullying as the most difficult form to recognize. Students' silence, family resistance, lack of clear guidance, and work overload were also mentioned. It is concluded that addressing bullying requires continuing teacher education, school management support, and coordinated action among schools, students, and families.

Keywords: Bullying; Teacher education; Prevention; Conflict mediation; School coexistence.

1. INTRODUÇÃO

O bullying está presente no cotidiano escolar de maneiras que nem sempre são percebidas imediatamente pelos adultos. Ele pode aparecer nos corredores, nas salas de aula, nos intervalos, nos grupos de mensagens, nos apelidos repetidos, nas ameaças, nos comentários ofensivos e nas exclusões que, para quem observa de fora, podem parecer pequenas. Para o estudante que sofre essas ações de forma contínua, entretanto, as consequências podem atingir a autoestima, a aprendizagem, o sentimento de pertencimento e a segurança emocional.

Em muitas situações, essa violência permanece escondida atrás da ideia de brincadeira. Tal interpretação dificulta a diferenciação entre

conflitos ocasionais e práticas de bullying, fazendo com que determinados comportamentos sejam naturalizados como parte da convivência entre crianças e adolescentes. O bullying, porém, não se caracteriza por uma discussão pontual ou por um desentendimento passageiro, mas pela repetição das agressões, pela intenção de causar sofrimento e pela desigualdade de poder entre os envolvidos.

A complexidade do fenômeno também está relacionada ao fato de que ele não envolve apenas quem agride e quem é agredido. Há estudantes que presenciam, riem, compartilham, incentivam ou permanecem em silêncio por medo. Há professores que percebem alterações no comportamento dos alunos e procuram intervir, mas nem sempre sabem como agir sem expor a vítima ou agravar a situação. Por isso, o enfrentamento do bullying exige a compreensão das relações estabelecidas no grupo, das formas de exclusão, das omissões e dos modos de convivência construídos no ambiente escolar.

O professor ocupa uma posição importante nesse processo devido à proximidade que mantém com os estudantes e ao acompanhamento diário de suas interações. De Luca, Nocentini e Menesini (2019, p. 1, tradução nossa) afirmam que “o professor desempenha um papel importante” na gestão do bullying em sala de aula. Sua atuação pode contribuir tanto para interromper episódios de violência quanto para construir um ambiente em que os alunos se sintam seguros para pedir ajuda. No entanto, a presença cotidiana do docente não significa que ele esteja preparado para reconhecer todas as manifestações do fenômeno, especialmente aquelas que ocorrem de forma silenciosa ou nos ambientes digitais.

A formação docente torna-se, assim, um aspecto essencial para a prevenção e a intervenção. Não é suficiente atribuir ao professor a responsabilidade de enfrentar situações de violência se sua formação inicial e continuada pouco aborda os conflitos interpessoais, o bullying, o cyberbullying e as formas adequadas de acolhimento e encaminhamento. Pereira e Fernandes (2025, p. 1) identificaram que licenciandos apresentavam “conhecimento superficial em relação à violência e ao bullying”, evidenciando uma fragilidade que pode acompanhar os profissionais quando ingressam na escola.

Além da formação, o apoio institucional interfere diretamente na capacidade de atuação docente. Protocolos pouco claros, sobrecarga de trabalho, falta de tempo para acompanhar os casos, resistência das famílias e ausência de uma rede de apoio podem aumentar a insegurança dos professores. Dessa maneira, o enfrentamento do bullying não deve depender apenas da iniciativa individual de um educador, mas de ações articuladas entre professores, gestão, equipe pedagógica, estudantes, famílias e demais profissionais da comunidade escolar.

A relevância deste estudo está na necessidade de aproximar as discussões presentes na produção científica das experiências vividas pelos professores. Conhecer como esses profissionais percebem o bullying, quais dificuldades encontram e quais estratégias utilizam permite compreender melhor as necessidades formativas e institucionais presentes nas escolas. Essa aproximação também contribui para que a prevenção deixe de ocorrer apenas por meio de campanhas pontuais e passe a integrar a cultura de convivência da instituição.

Diante dessa problemática, o artigo busca responder à seguinte questão: quais desafios os professores enfrentam para identificar, prevenir e intervir diante de situações de bullying no cotidiano escolar, e de que maneira a formação docente pode contribuir para uma atuação mais segura, preventiva e educativa?

O objetivo do estudo é analisar, com base na produção científica e nas percepções de professores participantes da pesquisa de campo, os principais desafios presentes na identificação e no enfrentamento do bullying, evidenciando a importância da formação docente e do apoio institucional para a prevenção e a mediação dessas situações.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos descritivos. A etapa bibliográfica envolveu a análise de dez artigos científicos publicados entre 2018 e 2026, além de referências teóricas complementares. Na pesquisa de campo, aplicou-se um questionário eletrônico, composto por perguntas abertas e fechadas, respondido voluntariamente por 25 professores. As respostas permitiram conhecer o preparo percebido pelos docentes, as manifestações de bullying mais difíceis de identificar, os obstáculos encontrados durante as intervenções, as experiências formativas e a influência das condições de trabalho na atuação profissional.

A articulação entre a literatura e os dados da pesquisa de campo possibilitou ampliar a compreensão do problema, relacionando os conhecimentos produzidos pelos estudos acadêmicos às situações enfrentadas pelos professores. Com isso, o artigo busca contribuir para o debate sobre uma formação docente mais próxima da realidade escolar e para a construção de ações preventivas, coletivas

e contínuas, capazes de fortalecer uma convivência baseada no respeito, no diálogo e na proteção dos estudantes.

2. BULLYING NO COTIDIANO ESCOLAR: UMA VIOLÊNCIA QUE NEM SEMPRE É RECONHECIDA

O bullying é uma forma de violência entre pares marcada por intencionalidade, repetição e desigualdade de poder. Essa definição aparece de modo recorrente nos artigos analisados e ajuda a diferenciar o bullying de conflitos pontuais. Uma discussão entre estudantes, uma desavença passageira ou um desacordo momentâneo não configuram, por si só, bullying. O problema se estabelece quando há repetição, desequilíbrio de forças e sofrimento provocado de forma contínua.

No cotidiano escolar, essa violência pode assumir formas variadas. Pode aparecer em agressões físicas, empurrões e ameaças, mas também se manifesta em insultos, apelidos, comentários sobre o corpo, humilhações públicas, exclusões, rumores e isolamento social. Com o avanço das tecnologias digitais, o cyberbullying ampliou ainda mais as possibilidades de agressão, fazendo com que conflitos iniciados na escola continuem fora dela, em redes sociais, grupos de mensagens e ambientes virtuais.

Alves *et al.*, (2026) destacam que o bullying e o cyberbullying exigem preparo docente específico, pois envolvem formas de violência que atravessam os espaços presenciais e digitais. Ao tratarem da formação de professores, as autoras afirmam que aprender a identificar e intervir diante dessas situações constitui uma “necessidade formativa central para professores” da educação básica (Alves *et al.*, 2026, p. 12). Essa compreensão amplia o debate, pois

indica que o enfrentamento do bullying não pode depender apenas da experiência individual do professor ou da sua sensibilidade pessoal.

Tognetta e Daud (2018) ajudam a compreender outro ponto importante: muitas vezes, o bullying passa despercebido porque se apresenta de maneira oculta, especialmente quando ocorre longe do olhar direto dos adultos ou quando é naturalizado como brincadeira. Os autores chamam atenção para o risco de intervenções baseadas apenas no improviso. Para eles, o problema se agrava “quando a intuição e o improviso se constituem em fundamento para as intervenções” (Tognetta & Daud, 2018, p. 372). Essa frase resume uma situação comum nas escolas: o professor precisa agir, mas nem sempre recebeu formação suficiente para compreender o fenômeno em sua complexidade.

Quando o bullying é minimizado, a vítima pode entender que não será protegida. Os colegas que assistem podem concluir que a agressão é tolerada. Quem pratica a violência pode perceber a omissão como autorização silenciosa. Por isso, a atuação da escola precisa ser clara, planejada e coletiva. Não se trata de transformar todo conflito em caso grave, mas de desenvolver critérios para reconhecer quando uma situação ultrapassa o limite da convivência saudável e passa a produzir sofrimento continuado.

3. O PROFESSOR DIANTE DAS SITUAÇÕES DE BULLYING

A convivência diária com os estudantes coloca o professor em uma posição importante para reconhecer situações de bullying. Durante as aulas e demais atividades escolares, o docente acompanha as relações construídas entre os alunos, percebe mudanças de

comportamento, escuta comentários e observa situações de isolamento, intimidação ou exclusão. Entretanto, reconhecer esses sinais e decidir como agir exige conhecimentos específicos, atenção e postura ética.

Finet, Vandebosch, Lubon e Colpin (2023, p. 2, tradução nossa) afirmam que “os professores podem impactar as dinâmicas do bullying de uma forma mais direta e mais indireta”. A intervenção direta ocorre quando o docente interrompe uma agressão, protege o estudante, realiza uma escuta cuidadosa, registra o ocorrido e comunica a equipe pedagógica. A influência indireta está presente na relação de confiança que estabelece com a turma, no respeito demonstrado nas interações e na maneira como conduz os conflitos cotidianos.

Essa relação de confiança pode favorecer a procura por ajuda. Muitos estudantes permanecem em silêncio por vergonha, medo de represálias ou por acreditarem que sua situação será minimizada. Quando encontram um adulto disponível para escutá-los sem julgamentos ou exposição, sentem-se mais seguros para relatar o que estão vivendo. Desse modo, a atuação docente não começa somente depois da denúncia, mas está presente na forma como o professor organiza a convivência e acolhe as manifestações dos estudantes.

As intervenções, entretanto, precisam ser planejadas com cuidado. Burger, Strohmeier e Kollerová (2022, p. 2312, tradução nossa) afirmam que “as intervenções docentes têm efeitos distintos”. Uma resposta inadequada pode aumentar o constrangimento de quem sofreu a violência, principalmente quando a situação é tratada como

uma simples desavença ou quando a vítima é colocada diante do agressor sem proteção e preparação.

Por envolver repetição, intenção de causar sofrimento e desigualdade de poder, o bullying não deve ser conduzido da mesma forma que um conflito ocasional. A tentativa de colocar os envolvidos frente a frente para que “façam as pazes”, por exemplo, pode reforçar a posição de fragilidade da vítima. Nesses casos, a prioridade deve ser interromper a violência, proteger quem sofreu, compreender o contexto e desenvolver uma intervenção educativa que responsabilize quem praticou a agressão.

Outro desafio está na insegurança em relação aos procedimentos. Muitos professores não sabem se devem conversar com os envolvidos, comunicar a gestão, registrar o caso, procurar as famílias ou trabalhar a situação com a turma. Há também o receio de expor o estudante, agravar o problema ou não receber apoio institucional. Essas dúvidas mostram que o enfrentamento do bullying não deve depender apenas das decisões individuais de cada docente.

Fischer, John e Bilz (2021, p. 196, tradução nossa) observaram que “professores que são mais confiantes intervêm com mais frequência”. Essa confiança não corresponde apenas a uma característica pessoal. Ela está relacionada ao conhecimento sobre o fenômeno, à experiência profissional, à existência de orientações claras e ao apoio recebido da instituição. Quando sabe como proceder e reconhece que não precisará enfrentar o problema sozinho, o professor tende a atuar com maior segurança.

O papel do docente, portanto, envolve observar, escutar, proteger e encaminhar. Contudo, sua atuação precisa fazer parte de um

trabalho coletivo, no qual a gestão e a equipe pedagógica ofereçam orientação e acompanhem cada situação. Assim, a responsabilidade pelo enfrentamento do bullying deixa de recair sobre um único profissional e passa a ser assumida pela instituição escolar.

4. FORMAÇÃO DOCENTE: ENTRE LACUNAS E NECESSIDADES REAIS DA ESCOLA

A formação docente constitui um dos principais caminhos para fortalecer a atuação dos professores diante do bullying. Apesar disso, existe uma distância entre as responsabilidades atribuídas ao educador e a preparação que ele recebe para lidar com situações de violência, intimidação, exclusão e sofrimento entre estudantes.

Em muitos cursos de licenciatura, os conteúdos relacionados à convivência escolar, ao bullying, ao cyberbullying e às formas de intervenção aparecem de maneira limitada. Como consequência, alguns profissionais ingressam na escola com conhecimentos sobre o planejamento e o ensino dos conteúdos curriculares, mas encontram dificuldades diante de situações que exigem escuta, acolhimento e tomada de decisões.

Pereira e Fernandes (2025) identificaram essa fragilidade ao analisarem a formação de licenciandos de uma universidade pública paranaense. Os participantes apresentavam uma compreensão superficial sobre violência e bullying, demonstrando a necessidade de ampliar essas discussões ainda durante a formação inicial. A preparação para lidar com o fenômeno não deve começar apenas quando o professor já está atuando, pois a convivência e os conflitos fazem parte do cotidiano escolar.

Mawila, Munongi e Mabaso (2023, p. 1, tradução nossa) chegaram a uma conclusão semelhante ao afirmarem que “os futuros professores não estavam preparados para conscientizar sobre o bullying”. Embora a pesquisa tenha sido realizada em outro contexto, o resultado reforça que os cursos de formação precisam considerar as relações humanas e as situações de violência que os docentes poderão encontrar na escola.

As lacunas também estão presentes na formação continuada. Panosso, Kienen e Brino (2023, p. 1) apontam que “a capacitação docente em bullying ainda não tem sido objeto de estudo em si”. Muitas pesquisas verificam os resultados das intervenções entre os estudantes, mas pouco investigam os conhecimentos desenvolvidos pelos professores e as mudanças que essas formações produzem em suas práticas.

Palestras isoladas e orientações gerais podem contribuir para apresentar o tema, mas não oferecem, sozinhas, o preparo necessário para situações complexas. A formação precisa ajudar os professores a diferenciar bullying de conflitos ocasionais, reconhecer suas manifestações presenciais e digitais, observar mudanças de comportamento e compreender a participação da vítima, do estudante que agride e dos espectadores.

Também é necessário discutir como acolher o estudante sem expô-lo, registrar os acontecimentos, comunicar a equipe escolar, dialogar com as famílias e acompanhar os envolvidos depois da intervenção. O conhecimento teórico deve ser aproximado da realidade por meio de estudos de caso, análise de situações vividas, simulações de encaminhamentos e reflexão sobre as respostas adotadas pela escola.

Tessaro e Trevisol (2020, p. 46) ressaltam que “há a necessidade de professores capacitados e com formação adequada”. Essa necessidade permanece ao longo da carreira, pois as formas de violência se modificam e passam a ocupar também os ambientes digitais. A formação continuada permite atualizar conhecimentos, compartilhar experiências e construir procedimentos comuns para a instituição.

Dessa forma, a formação docente não deve ser entendida como responsabilidade isolada do professor. Cabe à escola oferecer tempo, orientação e espaços de discussão para que os profissionais possam analisar suas dificuldades e desenvolver formas mais seguras de atuação. O preparo profissional torna-se mais efetivo quando está acompanhado por condições institucionais que permitam colocar os conhecimentos em prática.

5. COMPREENDER PARA PREVENIR: A LEITURA DO COMPORTAMENTO DOS ESTUDANTES COMO COMPETÊNCIA DOCENTE

O enfrentamento do bullying exige mais do que conhecer sua definição ou identificar a repetição, a intenção de causar sofrimento e a desigualdade de poder entre os envolvidos. Embora esses critérios sejam fundamentais, o professor também precisa compreender como os estudantes expressam suas emoções, constroem vínculos, enfrentam frustrações e se relacionam com os colegas. Essa leitura mais atenta do comportamento contribui para que a intervenção não aconteça somente quando a violência já está instalada.

No cotidiano escolar, algumas atitudes podem ser rapidamente classificadas como indisciplina, agressividade, falta de limites ou desinteresse. Entretanto, essas interpretações nem sempre ajudam a compreender o que está acontecendo. O comportamento observado pode estar relacionado a diferentes experiências vividas pela criança ou pelo adolescente, às dificuldades de convivência, à forma como lida com as próprias emoções ou ao modo como busca reconhecimento no grupo.

Compreender esses aspectos não significa justificar agressões, minimizar o sofrimento provocado ou retirar a responsabilidade de quem pratica a violência. Significa reconhecer que uma intervenção educativa precisa considerar não apenas o comportamento apresentado, mas também as relações e as circunstâncias em que ele acontece. A escola deve interromper a violência e estabelecer limites claros, mas também precisa compreender os fatores que favorecem sua repetição.

Alguns sinais podem indicar que o estudante está enfrentando dificuldades emocionais ou relacionais. Mudanças na participação durante as aulas, isolamento frequente, recusa em realizar atividades coletivas, reações intensas diante de pequenas frustrações, conflitos repetidos e rejeição persistente entre os colegas merecem uma observação cuidadosa. Esses comportamentos não comprovam, isoladamente, a existência de bullying e não devem ser utilizados para antecipar diagnósticos. Eles funcionam como sinais de que alguma situação precisa ser acompanhada.

O professor ocupa uma posição importante nesse processo porque convive diariamente com os estudantes e acompanha as mudanças

que ocorrem nas relações da turma. Muitas vezes, pequenas alterações no comportamento passam despercebidas em outros espaços, mas podem ser percebidas durante as aulas, nos trabalhos em grupo, nos intervalos e nas atividades coletivas. A observação pedagógica, quando realizada de maneira contínua, permite identificar situações de afastamento, intimidação, humilhação ou exclusão antes que o sofrimento se intensifique.

Mencaroni (2026), ao discutir os transtornos emocionais na infância, chama atenção para a necessidade de não compreender o comportamento apenas por aquilo que ele aparenta demonstrar. Uma atitude desafiadora pode esconder sentimentos, dificuldades ou sofrimentos que a criança ainda não consegue expressar claramente. Essa perspectiva convida o professor a substituir o julgamento imediato por uma postura de observação, escuta e investigação cuidadosa.

Essa mudança de olhar não transforma o professor em profissional responsável por realizar diagnósticos clínicos. Sua função é pedagógica. Cabe ao docente observar, acolher, registrar, comunicar a equipe responsável e participar das ações educativas desenvolvidas pela escola. Quando houver necessidade de acompanhamento especializado, o caso deverá ser encaminhado aos profissionais e serviços competentes.

A compreensão do comportamento também ajuda a evitar a rotulação dos estudantes. Expressões como “aluno problema”, “agressivo”, “difícil” ou “desobediente” reduzem a pessoa a uma determinada conduta e podem influenciar a maneira como ela passa a ser tratada pelos adultos e pelos colegas. O estudante pode ter praticado uma ação agressiva, mas não deve ser definido

permanentemente por ela. Da mesma forma, aquele que sofreu bullying não deve ser mantido em uma posição de fragilidade ou incapacidade.

Ammirati (2025) defende que o enfrentamento do bullying não deve ficar limitado à identificação de culpados e à aplicação de punições. A responsabilização precisa ter caráter educativo, ajudando o estudante a reconhecer os impactos de suas atitudes e a construir outras formas de convivência. Isso exige uma intervenção que combine firmeza, proteção, escuta e acompanhamento.

As medidas disciplinares podem fazer parte da resposta da escola, conforme a gravidade da situação e as normas institucionais. Entretanto, quando utilizadas de forma isolada, podem apenas interromper temporariamente a agressão. A mudança das relações depende de ações que permitam desenvolver empatia, respeito, autorregulação, comunicação e capacidade de resolver os problemas sem recorrer à humilhação ou à violência.

A formação docente precisa contemplar essas questões. Além dos conhecimentos sobre as características do bullying e do cyberbullying, é necessário discutir desenvolvimento humano, regulação emocional, habilidades sociais, observação pedagógica e relações entre os estudantes. Estudos de caso, análise de situações vivenciadas na escola e reflexão coletiva sobre os encaminhamentos podem ajudar os professores a desenvolver uma atuação mais segura.

Essa preparação também favorece a diferenciação entre conflitos próprios da convivência e situações sistemáticas de intimidação. Nem toda discussão entre estudantes caracteriza bullying, mas

determinadas agressões podem ser banalizadas quando são interpretadas apenas como brincadeiras ou desentendimentos comuns. O professor precisa conhecer os critérios do fenômeno e, ao mesmo tempo, observar como as relações de poder são construídas dentro do grupo.

O comportamento dos estudantes não pode ser compreendido separadamente do contexto escolar. Barbosa (2010) apresenta a escola como uma microssociedade na qual se formam grupos, lideranças, relações de pertencimento, disputas e formas de exclusão. O bullying, portanto, não depende somente das características individuais de quem pratica ou sofre a violência. Ele também é influenciado pelas atitudes dos espectadores, pelas normas construídas entre os colegas e pela maneira como os adultos respondem ao que acontece.

Quando apelidos ofensivos, humilhações e exclusões são tratados como brincadeiras, o grupo pode entender que esses comportamentos são aceitos. Quando a escola intervém de forma clara, protege quem sofreu e responsabiliza quem praticou a violência, transmite outra mensagem. Mostra que a convivência precisa estar baseada no respeito e que nenhum estudante deve permanecer sozinho diante de situações que causam sofrimento.

Compreender o comportamento dos estudantes constitui, assim, uma competência importante para a prevenção do bullying. Essa compreensão permite que o professor reconheça mudanças, evite julgamentos precipitados, acolha os envolvidos e participe de intervenções mais educativas. No entanto, esse trabalho não pode depender apenas da sensibilidade ou da iniciativa individual do docente. Ele precisa estar apoiado pela gestão, pela equipe

pedagógica, por procedimentos institucionais e por uma cultura escolar comprometida com a proteção e a dignidade de todos.

6. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO: O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DO BULLYING

O bullying ultrapassa a dimensão de um conflito entre dois estudantes. Ele envolve relações de poder, formas de exclusão, participação dos espectadores e comportamentos que podem ser naturalizados pelo grupo. Por essa razão, seu enfrentamento não pode ocorrer apenas depois que a violência se torna evidente, mas precisa fazer parte do trabalho permanente da escola.

Barbosa (2010) compreende a escola como uma “microsociedade”, formada por grupos, relações, lideranças, regras e disputas por reconhecimento. Nesse ambiente, os estudantes desenvolvem vínculos de amizade e pertencimento, mas também podem reproduzir preconceitos, humilhações e formas de intimidação presentes na sociedade. A prevenção exige, portanto, atenção às relações construídas no cotidiano.

Uma escola comprometida com essa prevenção estabelece valores e procedimentos claros. Os estudantes precisam compreender que apelidos ofensivos, ameaças, exclusões e ataques virtuais não são brincadeiras quando provocam sofrimento de maneira repetida. Também precisam saber a quem recorrer e confiar que serão escutados sem exposição ou culpabilização.

As ações preventivas podem ocorrer por meio de rodas de conversa, projetos de convivência, debates sobre respeito às diferenças, análise de situações-problema, atividades voltadas à empatia e construção coletiva de regras. Essas práticas tornam-se mais significativas

quando não ficam restritas a campanhas ou datas específicas, mas integram o planejamento pedagógico e a rotina escolar.

O trabalho com a turma é importante porque o bullying não envolve somente quem pratica e quem sofre a violência. Os colegas que riem, compartilham conteúdos, incentivam ou permanecem em silêncio também influenciam a continuidade da situação. As atividades coletivas podem ajudá-los a reconhecer sua responsabilidade e compreender que pedir ajuda ou apoiar um colega contribui para interromper a violência.

Esse trabalho precisa preservar a identidade e a dignidade dos envolvidos. A situação não deve ser utilizada como exemplo público, pois a exposição pode ampliar a humilhação. O professor pode discutir respeito, responsabilidade e convivência com a turma sem revelar detalhes que permitam identificar quem sofreu ou praticou a agressão.

No atendimento aos envolvidos, a prioridade deve ser proteger quem sofreu a violência. O estudante precisa ser ouvido individualmente, em um espaço seguro, e ter a certeza de que não será responsabilizado pelo ocorrido. O acolhimento deve ajudá-lo a recuperar o sentimento de segurança e pertencimento, sem mantê-lo em uma posição permanente de fragilidade.

A atuação com o estudante que praticou bullying também precisa ter caráter educativo. Ammirati (2025) defende que o enfrentamento do fenômeno deve superar respostas exclusivamente punitivas e evitar a cristalização de rótulos. Responsabilizar não significa definir o estudante apenas por sua conduta, mas ajudá-lo a reconhecer os

impactos de suas atitudes e a desenvolver outras formas de relacionamento.

As medidas disciplinares podem ser necessárias conforme a situação e as normas da escola, mas não substituem o acompanhamento. Uma suspensão isolada, por exemplo, pode interromper temporariamente a agressão sem modificar as relações que permitiram seu surgimento. A intervenção educativa deve combinar limites, responsabilização, reflexão e acompanhamento dos envolvidos.

Nesse processo, é necessário diferenciar a intervenção diante do bullying da mediação utilizada em conflitos comuns. A mediação pressupõe que as partes possam dialogar em condições relativamente equilibradas. No bullying, há uma desigualdade de poder que pode tornar esse encontro inseguro para a vítima. Por isso, qualquer aproximação entre os envolvidos somente deve ocorrer depois de uma análise cuidadosa e com proteção adequada.

A escola também precisa estabelecer procedimentos conhecidos pelos profissionais. A observação, a proteção imediata, a escuta individual, o registro, a comunicação à gestão, o contato com as famílias e o acompanhamento não podem depender apenas da iniciativa de um professor. Quando cada profissional age de maneira diferente, os estudantes recebem mensagens contraditórias sobre a gravidade da violência.

A família exerce um papel essencial na formação das atitudes e dos valores das crianças e dos adolescentes. Muitas vezes, comportamentos agressivos podem estar relacionados aos exemplos vivenciados no ambiente familiar, o que exige dos

responsáveis uma reflexão sobre suas próprias condutas. O desenvolvimento da empatia, do respeito, da solidariedade e do altruísmo começa em casa e se amplia na escola, espaço onde os estudantes estabelecem relações e aprendem a conviver com as diferenças. Por isso, família e escola precisam compartilhar a responsabilidade pela construção de comportamentos mais éticos e respeitosos (Silva, 2010).

O diálogo com as famílias deve ocorrer de maneira cuidadosa, evitando acusações precipitadas. A resistência familiar pode dificultar o trabalho, especialmente quando os responsáveis interpretam a situação como brincadeira ou defendem o comportamento do estudante. Cabe à escola apresentar os fatos registrados, explicar as características do bullying e construir formas de acompanhamento.

Professores, gestão, coordenação pedagógica, orientação, famílias e demais profissionais precisam compartilhar responsabilidades. A articulação entre esses sujeitos oferece maior segurança ao professor e amplia as possibilidades de proteção e acompanhamento. Quando há alinhamento, a instituição demonstra que a violência não será naturalizada e que o cuidado com os estudantes constitui um compromisso coletivo.

A partir dessas ações, elaboramos um fluxograma (Figura 1) que ilustra as formas de prevenção e enfrentamento de situações de bullying no ambiente escolar, processo começa pela observação atenta do cotidiano e das mudanças no comportamento dos estudantes. Em seguida, a situação deve ser analisada para verificar se há repetição, intenção de ferir e desigualdade de poder. Depois dessa identificação, a prioridade é interromper a violência e proteger

imediatamente o estudante envolvido. A etapa seguinte consiste em realizar uma escuta individual, acolhedora e sem exposição pública. Também é necessário registrar o ocorrido e comunicar a gestão e a equipe pedagógica. Com essas informações, a escola pode analisar coletivamente o contexto e os fatores relacionados ao caso. Essa análise deve considerar quem sofreu, quem praticou, os espectadores e as relações construídas no grupo. A Figura 1 apresenta um fluxo para orientar a prevenção e a intervenção diante de situações de bullying no ambiente escolar.

Figura 1. Fluxo circular de prevenção ao bullying escolar



Fonte: Elaboração dos autores (2026).

O fluxograma também destaca a importância do diálogo cuidadoso com as famílias. A participação familiar precisa ocorrer sem julgamentos, acusações ou culpabilizações precipitadas. Na intervenção educativa, a escola deve proteger quem sofreu e responsabilizar quem praticou a violência. O trabalho com a turma

também é importante, desde que preserve a identidade dos estudantes envolvidos. Após a intervenção, o acompanhamento contínuo permite observar possíveis repetições e avaliar os resultados. A formação docente aparece como elemento essencial para garantir ações mais seguras e coerentes. Reforça-se também que, por meio dele, que a prevenção do bullying depende de ações permanentes e do compromisso de toda a comunidade escolar.

Dessa forma, o enfrentamento do bullying deixa de ser responsabilidade individual de um professor ou de um setor específico e passa a constituir um compromisso coletivo da comunidade escolar. Uma escola comprometida com a prevenção não é aquela em que nunca existem conflitos, mas aquela que ensina seus estudantes a lidar com as diferenças, reconhecer o outro, assumir responsabilidades e construir relações baseadas no respeito, no diálogo e na convivência democrática.

7. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos descritivos. A escolha desse percurso ocorreu pela intenção de compreender como o bullying tem sido discutido na produção científica recente e, ao mesmo tempo, conhecer as percepções e experiências de professores que convivem com situações de conflito e violência no cotidiano escolar.

Na etapa bibliográfica, foram analisados dez artigos científicos publicados entre 2018 e 2026. Os estudos selecionados discutem o bullying e o cyberbullying, a atuação do professor, a formação inicial e continuada, a autoeficácia docente, as estratégias de intervenção e

a construção de uma convivência ética. Também foram utilizadas as contribuições teóricas complementares de Barbosa (2010) e Ammirati (2025), com a finalidade de ampliar a compreensão da escola como espaço social de prevenção e das formas educativas de responsabilização dos estudantes envolvidos em situações de bullying.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de um questionário eletrônico elaborado no Google Forms e destinado a professores. Participaram 25 docentes, que responderam voluntariamente ao instrumento. Antes de iniciarem o questionário, todos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e declararam estar informados sobre os objetivos da pesquisa e de acordo com sua participação.

O questionário foi composto por dez perguntas, sendo seis fechadas e quatro abertas. As questões fechadas buscaram identificar como os professores avaliavam seu preparo para reconhecer uma situação de bullying e diferenciá-la de um conflito ocasional, quais manifestações consideravam mais difíceis de identificar, os principais obstáculos enfrentados durante a intervenção, as atitudes adotadas diante dos casos percebidos, a avaliação das ações realizadas pela escola e as experiências de formação sobre bullying e mediação de conflitos.

Nas perguntas abertas, os participantes puderam relatar situações de bullying presenciadas no ambiente escolar, explicar as providências adotadas e descrever os resultados observados. Também apresentaram suas opiniões sobre os conhecimentos necessários à atuação docente, as ações que poderiam fortalecer a participação dos professores, da gestão, dos estudantes e das

famílias e a influência da sobrecarga de trabalho, do estado emocional e das condições profissionais na capacidade de perceber e intervir diante dessas situações.

As respostas fechadas foram organizadas por meio de frequências e percentuais, permitindo identificar as principais tendências entre os participantes. As respostas abertas foram lidas integralmente e agrupadas conforme a proximidade dos sentidos apresentados. A análise considerou os seguintes eixos: identificação e diferenciação do bullying; manifestações mais difíceis de reconhecer; dificuldades enfrentadas durante a intervenção; estratégias de acolhimento e encaminhamento; formação docente; apoio institucional; participação das famílias e influência das condições emocionais e de trabalho.

Por fim, os dados obtidos na pesquisa de campo foram relacionados às contribuições dos autores estudados na etapa bibliográfica. Essa articulação permitiu aproximar a produção científica das experiências relatadas pelos professores, buscando compreender tanto os desafios presentes no cotidiano escolar quanto as possibilidades de prevenção, mediação e construção de relações mais respeitadas. As citações diretas utilizadas ao longo do artigo foram selecionadas por sua relevância para a discussão e retiradas dos próprios autores dos estudos analisados, evitando o uso de citações de segunda mão.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo contou com a participação de 25 professores, que responderam a questões relacionadas à identificação do bullying, às dificuldades de intervenção, às ações desenvolvidas

pelas escolas, às experiências formativas e às condições de trabalho docente. Os dados permitiram conhecer o grau de preparo percebido pelos participantes, as situações vivenciadas nas escolas e os caminhos considerados importantes para a prevenção e o enfrentamento do problema.

8.1. Identificação do Bullying

Na primeira questão, os professores avaliaram seu preparo para identificar uma situação de bullying e diferenciá-la de um conflito ocasional entre estudantes. Entre os participantes, 48% afirmaram sentir-se preparados e capazes de reconhecer as principais características do fenômeno. Entretanto, 36% disseram possuir conhecimentos básicos, mas ainda encontrar dificuldades; 12% percebiam a existência de um problema, porém nem sempre conseguiam caracterizá-lo; e 4% reconheceram possuir pouca formação sobre o assunto. Assim, embora quase metade tenha demonstrado segurança, 52% revelaram algum grau de dificuldade para realizar essa diferenciação.

Esse resultado mostra que conhecer a definição de bullying não significa, necessariamente, sentir-se preparado para reconhecê-lo nas relações cotidianas. A repetição, a intenção de provocar sofrimento e a desigualdade de poder nem sempre aparecem de maneira evidente. Tognetta e Daud (2018) alertam para os riscos de intervenções sustentadas apenas pela intuição e pelo improviso. Da mesma forma, Alves et al. (2026) destacam que a identificação e a intervenção diante do bullying e do cyberbullying constituem necessidades centrais da formação docente.

Quando questionados sobre as manifestações mais difíceis de identificar, os professores puderam assinalar mais de uma alternativa. O cyberbullying praticado nos ambientes digitais foi indicado por 64% dos participantes, tornando-se a manifestação que apresentou maior dificuldade de reconhecimento. Em seguida, apareceram os apelidos e comentários ofensivos, com 52%; a disseminação de boatos, com 44%; as ameaças e intimidações, com 40%; e as formas de discriminação relacionadas às características dos estudantes, também com 40%. A exclusão intencional foi assinalada por 36%, enquanto as agressões físicas repetidas foram mencionadas por 28%. Apenas 24% afirmaram não encontrar dificuldades para reconhecer essas manifestações.

Os resultados indicam que as formas menos visíveis de violência representam um desafio maior para os docentes. Enquanto as agressões físicas costumam deixar sinais mais evidentes, os ataques virtuais, os boatos, os apelidos e as exclusões podem ocorrer longe da presença dos adultos ou serem escondidos sob a aparência de brincadeira. No caso do cyberbullying, a dificuldade aumenta porque a violência ultrapassa os limites físicos da escola, circula rapidamente e pode permanecer disponível por tempo indeterminado. Essa realidade reforça a necessidade de incluir as relações digitais nos processos de formação docente.

Nos relatos abertos, foram mencionados apelidos relacionados ao corpo, à cor da pele, à condição econômica e às características pessoais, além de exclusões durante brincadeiras, formação de grupos, gincanas e atividades coletivas. Também surgiram casos de agressões verbais, comentários preconceituosos, isolamento, ameaças, humilhações e violência dirigida a estudantes com deficiência.

As respostas mostram que a violência nem sempre começa de maneira evidente. Em algumas experiências, os apelidos foram inicialmente interpretados como brincadeiras, mas a repetição e as mudanças de comportamento da vítima levaram o professor a perceber a gravidade. Um participante relatou que foi possível notar que o estudante “ficava triste, se afastava dos demais e evitava participar das atividades” (P12). Em outro caso, o isolamento foi descrito como uma forma de proteção: “O isolamento total foi a muralha que ele construiu para se proteger de um ambiente que se tornou hostil” (P11).

8.2. Dificuldades de Intervenção

As dificuldades de intervenção foram investigadas por meio de uma questão com múltiplas escolhas. A dificuldade para confirmar se a situação realmente caracterizava bullying e o medo ou silêncio dos estudantes foram apontados por 60% dos professores. O receio de tomar uma decisão inadequada e a resistência das famílias apareceram em 48% das respostas. A ausência de orientações claras foi indicada por 44%, enquanto a falta de tempo para acompanhar os casos e a sobrecarga de trabalho foram mencionadas por 40%. A falta de formação específica e o pouco apoio da equipe escolar foram assinalados por 28% dos participantes. Somente 8% afirmaram não encontrar dificuldades para intervir.

Esses dados revelam que a atuação do professor não depende apenas de sua disposição pessoal. O silêncio das vítimas e dos espectadores dificulta a compreensão dos acontecimentos, enquanto a falta de orientação, o pouco tempo e a resistência de algumas famílias podem fazer com que o docente se sinta sozinho diante do problema. A confiança para agir está relacionada ao

conhecimento, ao apoio institucional e à existência de procedimentos claros. Fischer et al. (2021) observaram que professores mais confiantes tendem a intervir com maior frequência, reforçando a relação entre formação, segurança profissional e resposta ativa.

Ao indicarem a atitude que mais se aproximava de sua prática, 32% dos participantes afirmaram realizar uma intervenção imediata e acompanhar o caso. Outros 28% disseram conversar separadamente com os estudantes envolvidos, enquanto 20% desenvolviam uma conversa coletiva com a turma, preservando os envolvidos. O encaminhamento imediato à equipe gestora foi apontado por 16%, e 4% buscavam resolver a situação em sala de aula. Nenhum participante assinalou a alternativa que expressava dúvida completa sobre os procedimentos que deveriam ser adotados.

A diversidade de respostas mostra que os professores utilizam diferentes estratégias. A intervenção imediata pode ser necessária para interromper a violência, mas precisa ser acompanhada de acolhimento, registro e acompanhamento. Da mesma maneira, conversar separadamente com os envolvidos pode evitar a exposição pública, desde que a desigualdade de poder seja considerada. Burger et al. (2022) explicam que as intervenções docentes não produzem os mesmos efeitos. Algumas protegem e fortalecem os estudantes, enquanto outras podem ser insuficientes ou aumentar o constrangimento de quem sofreu a agressão.

As providências relatadas envolveram conversas individuais, diálogo com a turma, comunicação à equipe gestora, convocação das famílias, acompanhamento dos estudantes, encaminhamento ao serviço de Psicologia e desenvolvimento de ações sobre empatia,

respeito e convivência. Em vários casos, os professores perceberam redução dos apelidos, retorno do estudante às atividades e melhora na convivência. Entretanto, também houve relatos de situações tratadas de forma superficial, sem acompanhamento ou com medidas limitadas à suspensão. Essa diferença confirma que interromper o episódio não significa, necessariamente, enfrentar as causas e as relações que sustentam a violência.

A avaliação das ações desenvolvidas pelas escolas apresentou resultados variados. Para 36% dos participantes, as ações eram permanentes, planejadas e envolviam diferentes membros da comunidade escolar. Outros 28% reconheceram a existência de ações preventivas, mas realizadas apenas em determinados momentos. Para 20%, as iniciativas ocorriam principalmente depois que alguma situação já havia acontecido. Os demais participantes mencionaram orientações gerais sem acompanhamento contínuo, ações pouco conhecidas ou a inexistência de medidas desenvolvidas pela escola.

Embora parte dos professores reconheça ações permanentes, a maioria percebe limitações em sua continuidade, divulgação ou caráter preventivo. Esse resultado mostra que algumas escolas ainda atuam de forma reativa, mobilizando-se somente quando o problema se torna visível. Campanhas e palestras podem contribuir para a conscientização, mas perdem força quando não estão integradas à rotina, ao projeto pedagógico e às práticas de convivência.

8.3. Formação Docente

As respostas sobre a formação confirmam fragilidades na preparação dos professores. Apenas 36% dos docentes afirmaram ter participado de formações que contribuíram para sua prática. Entre os demais, 20% consideraram que as atividades realizadas foram muito teóricas e pouco relacionadas ao cotidiano, 24% receberam apenas orientações pontuais em reuniões ou ações promovidas pela escola e 12% não participaram de formação específica, apesar de demonstrarem interesse. Os 8% restantes também não indicaram uma experiência formativa consolidada. Portanto, 64% dos participantes não reconheceram uma preparação contínua, prática e suficiente para o enfrentamento do bullying.

O resultado aproxima-se das conclusões de Pereira e Fernandes (2025), que encontraram conhecimentos superficiais sobre violência e bullying entre futuros professores. Panosso et al. (2023) também mostram que a capacitação docente ainda é pouco investigada em relação ao que os professores realmente aprendem e modificam em suas práticas. Não basta apresentar conceitos ou protocolos de maneira isolada. A formação precisa trabalhar casos reais, sinais de alerta, possibilidades de acolhimento, comunicação com as famílias, proteção da vítima e formas educativas de responsabilização.

Nas respostas sobre os conhecimentos e as estratégias necessários à atuação docente, destacaram-se a formação continuada, a capacidade de diferenciar conflitos ocasionais de agressões repetidas, a escuta ativa, a observação de mudanças de comportamento, a comunicação com as famílias, o conhecimento de práticas de intervenção e o apoio da gestão. Os participantes defenderam formações ligadas a exemplos reais, estudos de caso e situações vividas na escola. Também ressaltaram que o professor

precisa encontrar equilíbrio emocional e segurança institucional para acolher os envolvidos sem agir de maneira precipitada.

Ao sugerirem ações para fortalecer a participação da comunidade escolar, os docentes mencionaram palestras, rodas de conversa, projetos permanentes, seminários, campanhas, dramatizações, reuniões com as famílias, atividades de conscientização e formação para professores e gestores. A criação de protocolos claros, a presença de profissionais da Psicologia e a participação dos estudantes também apareceram nas respostas. Uma ideia recorrente foi a de que o professor não consegue enfrentar o problema sozinho e precisa atuar junto à gestão, às famílias e aos demais profissionais.

8.4. Condições Emocionais e de Trabalho

A influência das condições emocionais e de trabalho apareceu com força na última questão. A maioria dos participantes afirmou que o cansaço, a sobrecarga, o estresse, a falta de tempo e a ausência de apoio podem diminuir a atenção do professor e comprometer sua capacidade de perceber mudanças no comportamento dos estudantes. O esgotamento também foi relacionado a intervenções mais rápidas, menos refletidas e pouco acompanhadas. Em contrapartida, um ambiente de trabalho acolhedor, com divisão de responsabilidades e apoio da gestão, foi apontado como condição para uma atuação mais sensível e segura.

A dificuldade de gerir as próprias emoções pode limitar a capacidade do professor de reconhecer os sinais emocionais demonstrados pelos estudantes, que, muitas vezes, representam pedidos silenciosos de ajuda. Quando o profissional se encontra

emocionalmente fragilizado, sobrecarregado ou esgotado, pode ter mais dificuldade para observar mudanças de comportamento e para conduzir pedagogicamente as adversidades presentes em uma sala de aula marcada pela diversidade.

Esse resultado amplia a discussão sobre formação docente. Preparar o professor não significa apenas transmitir conhecimentos sobre bullying, mas também oferecer condições para que esses conhecimentos sejam colocados em prática. Um profissional emocionalmente sobrecarregado, sem tempo para escutar os estudantes ou sem apoio para acompanhar os casos, pode ter dificuldades para realizar uma intervenção cuidadosa, mesmo reconhecendo a gravidade da situação.

De maneira geral, os dados da pesquisa de campo confirmam os desafios identificados na literatura. Os professores reconhecem a importância de sua atuação e desenvolvem diferentes estratégias para enfrentar o bullying, mas ainda convivem com dúvidas, formação insuficiente, ausência de orientações claras, dificuldades de diálogo com as famílias e condições de trabalho que limitam o acompanhamento. Os resultados também mostram que as experiências mais positivas ocorreram quando houve escuta, continuidade, participação da turma, envolvimento da equipe gestora e aproximação com as famílias. Assim, a prevenção do bullying depende de uma formação docente prática e permanente, acompanhada por uma política institucional de cuidado, proteção e convivência ética.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar os desafios enfrentados pelos professores diante das situações de bullying no ambiente escolar, destacando a importância da formação docente para a identificação, a prevenção e a mediação desses episódios. A análise bibliográfica, articulada aos dados da pesquisa de campo, permitiu compreender que o bullying permanece presente no cotidiano das escolas de diferentes maneiras, desde agressões físicas e verbais até formas mais silenciosas, como exclusões, apelidos, boatos, intimidações e ataques realizados nos ambientes digitais.

Os resultados obtidos com os 25 professores mostram que reconhecer uma situação de bullying ainda representa um desafio. Embora 48% tenham afirmado sentir-se preparados para identificar o fenômeno, os demais participantes revelaram algum grau de insegurança ou dificuldade para diferenciá-lo de conflitos ocasionais. O cyberbullying foi apontado como a manifestação mais difícil de perceber, seguido dos apelidos e comentários ofensivos, da disseminação de boatos, das ameaças e das discriminações relacionadas às características dos estudantes. Esses dados mostram que as violências menos visíveis podem permanecer por mais tempo sem serem reconhecidas pelos adultos.

A intervenção docente também é atravessada por diferentes obstáculos. Entre os mais citados apareceram a dificuldade de confirmar se a situação realmente caracteriza bullying, o medo ou silêncio dos estudantes, o receio de tomar uma decisão inadequada, a resistência de algumas famílias e a ausência de orientações claras. A falta de tempo, a sobrecarga e o pouco apoio institucional também foram mencionados. Assim, a atuação do professor não depende apenas de sua vontade ou sensibilidade, mas das

condições oferecidas para que ele observe, escute, registre, acompanhe e encaminhe cada situação com segurança.

Os relatos dos participantes mostraram que muitos professores procuram agir por meio de conversas individuais, diálogo com a turma, comunicação à gestão, aproximação com as famílias e desenvolvimento de ações voltadas ao respeito e à empatia. Em vários casos, essas intervenções contribuíram para reduzir os apelidos, favorecer o retorno dos estudantes às atividades e melhorar a convivência. Entretanto, também foram identificadas situações tratadas de maneira pontual, sem acompanhamento contínuo ou limitadas à punição. Isso reforça que interromper uma agressão é necessário, mas não é suficiente para transformar as relações que permitiram seu surgimento.

Outro resultado importante diz respeito à formação docente. Apenas parte dos participantes reconheceu ter recebido uma preparação que contribuiu efetivamente para sua prática. Para muitos, as formações foram excessivamente teóricas, pontuais ou pouco relacionadas aos problemas enfrentados na escola. Essa realidade confirma a necessidade de propostas formativas permanentes, construídas a partir de casos reais, estudos de situações, simulações de encaminhamentos e reflexão coletiva sobre as ações desenvolvidas. Mais do que conhecer definições, o professor precisa saber como acolher quem sofre, responsabilizar quem pratica a violência, envolver os espectadores, dialogar com as famílias e buscar apoio da equipe escolar.

A pesquisa também mostrou que o estado emocional e as condições de trabalho influenciam a capacidade do professor de perceber e enfrentar o bullying. O cansaço, a sobrecarga, a falta de

tempo e a ausência de apoio podem diminuir a atenção aos sinais apresentados pelos estudantes e levar a respostas apressadas ou pouco acompanhadas. Desse modo, investir na prevenção do bullying também significa cuidar dos profissionais, organizar responsabilidades, criar espaços de escuta e garantir que o professor não precise lidar sozinho com situações complexas.

Diante dos resultados, considera-se que o objetivo do estudo foi alcançado, pois foi possível identificar os principais desafios vivenciados pelos professores e compreender de que maneira a formação docente pode contribuir para uma atuação mais segura, preventiva e educativa. A pesquisa confirma que o enfrentamento do bullying não deve ser atribuído somente ao professor, mas assumido como compromisso coletivo da gestão, da coordenação pedagógica, das famílias, dos estudantes e dos demais profissionais da escola.

Por se tratar de uma pesquisa realizada com 25 participantes, os resultados não representam todas as realidades escolares, mas oferecem elementos importantes para refletir sobre experiências, dificuldades e necessidades presentes no trabalho docente. Novos estudos poderão ampliar o número de participantes, envolver gestores, estudantes e famílias e acompanhar os efeitos de programas de formação e prevenção desenvolvidos por períodos mais longos.

Conclui-se que uma escola comprometida com a prevenção do bullying precisa construir uma cultura em que os estudantes sejam escutados, protegidos e orientados. A formação docente constitui parte essencial desse processo, mas precisa estar acompanhada por apoio institucional, procedimentos claros, continuidade das ações e

participação de toda a comunidade escolar. Quando a escola deixa de agir somente depois da violência e passa a investir no diálogo, no pertencimento, na empatia e na convivência ética, cria condições mais concretas para interromper ciclos de sofrimento e construir relações mais respeitosas e humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, D. L. G., Stelko-Pereira, A. C., & Zechi, J. A. M. (2026). Formação docente para o enfrentamento do bullying e do cyberbullying: Uma revisão de escopo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 21, e20121. <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.2012101>

Ammirati, A. (2025) *Bullying: o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores do ensino fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025

Burger, C., Strohmeier, D., & Kollerová, L. (2022). Teachers can make a difference in bullying: Effects of teacher interventions on students' adoption of bully, victim, bully-victim or defender roles across time. *Journal of Youth and Adolescence*, 51, 2312–2327. <https://doi.org/10.1007/s10964-022-01674-6>

De Luca, L., Nocentini, A., & Menesini, E. (2019). The teacher's role in preventing bullying. *Frontiers in Psychology*, 10, Article 1830. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01830>

Finet, C., Vandebosch, H., Lubon, A., & Colpin, H. (2023). Supporting teachers to actively respond to bullying and to build positive relationships with their students: Effects of the T-SUPPORT training. *Frontiers in Psychology*, 14, Article 1236262. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1236262>

Fischer, S. M., John, N., & Bilz, L. (2021). Teachers' self-efficacy in preventing and intervening in school bullying: A systematic review. *International Journal of Bullying Prevention*, 3, 196–212. <https://doi.org/10.1007/s42380-020-00079-y>

Mawila, D., Munongi, L., & Mabaso, N. M. P. (2023). Student teachers' preparedness to raise awareness about bullying among Grade R learners. *South African Journal of Childhood Education*, 13(1), Article a1230. <https://doi.org/10.4102/sajce.v13i1.1230>

Panosso, M. G., Kienen, N., & Brino, R. de F. (2023). Treinamento de professores para prevenção e manejo de situações de bullying escolar: Uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 39, e39310. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39310.pt>

Pereira, S. M., & Fernandes, P. H. C. (2025). Violência e bullying na formação inicial docente de acadêmicos de uma universidade pública paranaense. *Formação Docente*, 17(36), e879. <https://doi.org/10.31639/rbpfp.v17.i36.e879>

Silva, A. B. B. (2010). *Bullying: Cartilha 2010 – Projeto Justiça nas Escolas* (1ª ed.). Conselho Nacional de Justiça.

Silva, A. B. B. (2015). *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2015.

Tessaro, M., & Trevisol, M. T. C. (2020). Formação de professores e o manejo de situações de bullying na escola: O que as pesquisas têm indicado? *Revista Prâksis*, 17(3), 44–67. <https://doi.org/10.25112/rpr.v3i0.2112>

Tognetta, L. R. P., & Daud, R. P. (2018). Formação docente e superação do bullying: Um desafio para tornar a convivência ética na escola. *Perspectiva*, 36(1), 369–384. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2018v36n1p369>

¹ Mestra em Educação com especialização em TICs. (Unimes). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2649-0509>

² Mestra em Educação / Formação de professores. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8492-7472>

³ Mestranda em Educação / Formação de Professores (Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2429-0554>

⁴ Mestranda em Educação / Formação de Professores. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5785-8490>

⁵ Mestranda em Educação / Formação de Professores (Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8242-4998>

⁶ Mestranda em Educação / Gestão de Centros Educacionais (Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1487-311X>

⁷ Mestranda em Educação - Formação de Professores (Uneatlantico).
e-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid:
<https://orcid.org/0009-0008-3253-1881>

⁸ Mestranda em Educação / Formação de Professores (Uneatlantico).
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid:
<https://orcid.org/0009-0003-1549-0372>

⁹ Mestranda em Educação / Formação de Professores (Uneatlantico).
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid:
<https://orcid.org/0009-0006-9337-3413>

¹⁰ Mestranda em Educação / Formação de Professores
(Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0505-4910>

¹¹ Mestrando em Educação - Organização e Gestão de Instituições
Educacionais (Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2547-104X>

¹² Mestranda em tecnologia, comunicação e educação (Universidade
Federal de Uberlândia - UFU). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9577-1129>

¹³ Mestranda em Educação / Formação de Professores
(Uneatlantico). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9713-2889>